

Engenho & Sistema: o Massangana em Pernambuco

Mill & System: Massangana in Pernambuco

Ingenio & Sistema: El Massangana em Pernambuco

Carmen L. Muraro¹

Ulisses Pernambucano de Melo Neto²

Resumo

MELO NETO, Ulisses Pernambucano de; MURARO, Carmen L. Engenho & Sistema: o Massangana em Pernambuco. *Revista Ciência & Trópico*. V. 47, n. 2, p. 215-238, 2023. DOI: [https://doi.org/10.33148/CETROPICOv47n2\(2023\)art11](https://doi.org/10.33148/CETROPICOv47n2(2023)art11)

Este artigo tem foco projetado na desativada propriedade rural denominada Engenho Massangana, situada na Zona da Mata sul de Pernambuco. Inicialmente comentamos acerca do “gancho” utilizado na preservação de parte desse bem, qual seja a ligação com o nome de importante “ator” da cena da intelectualidade pernambucana: Joaquim Nabuco. Em seguida procuramos agregar informes acerca da origem e do sentido do nome “Massangana” e a conexão deste topônimo à antiga propriedade rural. Na sequência, tratamos da forma e da necessidade de olhar (e de ver) a área do desativado “Massangana” enquanto sistema produtivo, aliando o lugar, o engenho de açúcar e as ligações deste com o mundo exterior, isto é, com o espaço territorial do qual participou e onde esteve inserido. Na conclusão propomos e projetamos diferentes ações que entendemos serem essenciais desenvolver objetivando conhecer e preservar os remanescentes físicos, inclusive arqueológicos, desta desativada “fábrica de açúcar”.

Palavras-chave: Pernambuco. Massangana. Engenho de açúcar. Arqueologia. Nabuco.

Abstract

MELO NETO, Ulisses Pernambucano de; MURARO, Carmen L. Mill & System: Massangana in Pernambuco. *Revista Ciência & Trópico*. V. 47, n. 2, p. 215-238, 2023. DOI: [https://doi.org/10.33148/CETROPICOv47n2\(2023\)art11](https://doi.org/10.33148/CETROPICOv47n2(2023)art11)

This article has its intended focus on the rural property denominated Engenho Massangana (Massangana Mill), located in the south of the Zona da Mata region in Pernambuco. Initially we comment about the “hook” used in the preservation of part of this asset, which is the connection to the name of an important “actor” in

- 1 Arquiteta, mestre em conservação e restauração de monumentos e sítios históricos (MP-CECRE, 2013). Integrou o quadro efetivo do IPHAN (2003-2016). Atua na área de pesquisa cultural (patrimônio arquitetônico). E-mail: carmenmuraro@yahoo.com.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0400-1484>
- 2 Arqueólogo. Tem especialização em História e História da Arte pela UFPE (1973). Coordenou a primeira pesquisa de arqueologia industrial (Sítio do Físico, no Maranhão) e a primeira de arqueologia subaquática no naufrágio do Galeão Sacramento, Bahia. Integrou o quadro efetivo da Fundarpe (1979-2014) Atua em pesquisas de arqueologia histórica. E-mail: ulisses.pesquisa@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0400-1484>

the intellectual scene in Pernambuco: Joaquim Nabuco. Next, we try to add reports about the origin and the meaning of the name “Massangana” and the connection of this toponym to the old rural property. Subsequently, we deal with the form and the need to look at (and to see) the area of the deactivated “Massangana” as a productive system, allying the place, the sugar mill and its connections to the exterior world, that is, with the territorial space which it was a part of and where it was embedded. In the conclusion we put forward and design different actions which we believe to be essential to be carried out in order to know and preserve the physical remains, even archaeological, of this deactivated “sugar factory”.

Keywords: Pernambuco. Massangana. Sugar mil. Archaeology. Nabuco.

Resumen

MELO NETO, Ulisses Pernambucano de; MURARO, Carmen L. Ingenio & Sistema: El Massangana em Pernambuco. *Revista Ciência & Trópico*. V. 47, n. 2, p. 215-238, 2023. DOI: [https://doi.org/10.33148/CETROPICOv47n2\(2023\)art11](https://doi.org/10.33148/CETROPICOv47n2(2023)art11)

Este artículo tiene su foco proyectado en la desactivada propiedad rural denominada Ingenio Massangana, situada en la Zona “da Mata” sur de Pernambuco. Inicialmente comentamos acerca del “gancho” utilizado en la preservación de parte de este bien, relacionado con el nombre de un importante “actor” del escenario intelectual pernambucano: Joaquim Nabuco. A continuación buscamos agregar informes acerca del origen y del sentido del nombre “Massangana” y la conexión de este topónimo a la antigua propiedad rural. Después tratamos de la forma y de la necesidad de mirar (y de ver) el área del desactivado “Massangana” como sistema productivo, aliando el lugar, el ingenio de azúcar y las relaciones de éste con el mundo exterior, o sea, con el espacio territorial del cual participó y donde estuvo metido. En conclusión, proponemos y proyectamos diferentes acciones que entendemos que son esenciales que desenvolvamos con el objetivo de conocer y de preservar los remanentes físicos, inclusive arqueológicos, de esta desactivada “fábrica de azúcar”.

Palabras clave: Pernambuco. Massangana. Ingenio de açúcar. Arqueología. Nabuco.

Data de submissão: 27/02/2023

Data de aceite: 05/09/2023

1. Introdução

O ano de 2010 foi o ano do centenário da morte de Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo, natural do Recife onde nasceu em 1849. Foi menino de engenho e depois político do império pelo partido liberal, abolicionista e diplomata. Em virtude dessa data, Pernambuco declarou aquele o “Ano de Nabuco”.

Entre os esforços governamentais para assinalar o evento foram implementados o resgate e a interpretação do antigo “Engenho Massangana”, no Município do Cabo de Santo Agostinho, onde Nabuco passou boa parte da meninice. Este empreendimento açucareiro propiciou os primeiros estímulos na tomada de consciência desse garoto o que lhe valeu o viés abolicionista que anos mais tarde viria a ser consolidado.

O trecho territorial onde foi implantado o Engenho está submetido a vários instrumentos (em boa parte administrativos) de proteção em diversos níveis de complexidade e de responsabilidade. Estes mecanismos de delimitação de atuação sobre o bem imóvel interferem no espaço físico para atender interesse municipal, estadual e federal. Entre os mais evidentes, ressalte-se o tombamento estadual do Massangana com base na lei 7.970 de 18 de setembro de 1979, regulamentada pelo decreto 6.239 de janeiro de 1980.

“Articular” é a palavra-chave escondida neste texto. Unir e transmitir são atos que se espera sejam desempenhados por qualquer dos artifícios que o homem produz para extensão do próprio corpo, para aperfeiçoar seus membros, sentidos ou funções. Este é o papel que foi reservado às ferramentas e instrumentos.

Por isso o ser humano instrumentalizou-se ao prolongar suas pernas para facilitar os deslocamentos, ao criar os meios de transporte. Fez o mesmo para ver cada vez mais longe (e com melhor nitidez) ao criar as lentes. Instrumentalizou-se ainda quando produziu e ajustou ferramentas para cortar, na tentativa de aperfeiçoar e ampliar o alcance dos próprios dentes: criou o serrote.

Na busca da eficiência crescente entre o sujeito e o serrote, enquanto objeto cortante, o indivíduo conferiu ao parafuso o encargo de promover a articulação entre homem/objeto.

Entre o sentido cortante do serrote (que é o patrimônio imaterial) e o seu atributo físico, a lâmina serrilhada e o cabo (que são o patrimônio material) está o lugar da autenticidade ocupado pelo parafuso, isto é, a conexão dos patrimônios imaterial e material. No caso dos engenhos, eles desempenhavam o papel do parafuso, isto é, o elo de autenticidade que associava a cana ao açúcar.

Sem esquecer de colher a opinião do religioso jesuíta André João Antonil (1649 – 1716) logo no Proêmio (início) da sua obra *Cultura e Opulência do Brasil* acerca desse instrumento de transformação da natureza:

Quem chamou as oficinas onde se fabrica o açúcar de *engenho* acertou verdadeiramente no nome. Porque quem quer que as vê, e as considera com a reflexão que merecem, é obrigado a confessar que são uns dos principais partos e invenções do engenho humano, o qual, com pequena porção do Divino, sempre se mostra no seu modo de obrar, admirável (ANTONIL, 1711, Proêmio).

A palavra “engenho” deriva do latim “*ingenium*” e significa a faculdade especial ou o talento natural, não se identificando onde e quando foram “batizadas” as casas de fazer a droga “açúcar” de cana, com este nome, embora se saiba que a designação já era usada nos primórdios da colonização brasileira.

2. Massangana: “você pensa que cachaça é água?”³

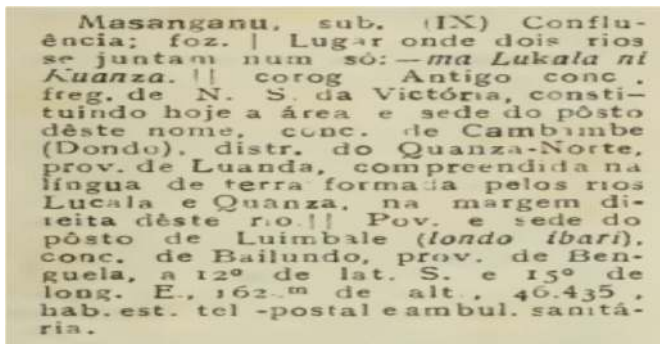
Desconhecemos eventuais comentários acerca do significado do termo “massangana”, mas sabemos da correlação, como topônimo, com o rio ou riacho do mesmo nome, às margens do qual está inserido o engenho.

Observamos que este acidente, curso d’água natural, figura há bom tempo, na cartografia pernambucana designado por Massangana, grafado assim com dois “ss” e no feminino.

Ao buscar esclarecer a origem do termo, entretanto, verificamos que palavra assemelhada, mas no masculino, “Massagano (riacho do) despeja no Rio Suape” consta no *Dicionário Topographico Histórico e Estatístico da Província de Pernambuco* de autoria do então aluno quintanista da Faculdade de Direito do Recife, Manoel da Costa Honorato (1863, p. 79).

Em seguida, continuamos focados na procedência linguística do nome e encontramos a possibilidade de ser palavra de origem africana, ou mais especificamente, do *kimbundu* de Angola. O passo seguinte foi verificar a existência (ou não) do registro da expressão no *Dicionário Kimbundu – Português*, publicado em meados do século XX, impresso em Luanda. Nele consta: “masanganu, substantivo. Confluência, foz. Lugar onde dois rios se juntam num só” (ASSIS JR, p. 279).

Imagem 1 – o verbete “Masanganu”



Fonte: ASSIS JUNIOR, A. de. s.d., p.279

O topônimo em exame se adéqua geograficamente ao caso em tela, vez que o Rio ou Riacho Massangana, junto com o Algodoads, conflui para o Rio Suape em ponto bastante próximo à sede do engenho aqui estudado.

Seria impossível encerrarmos a questão deste topônimo sem fazer menção ao próprio Joaquim Nabuco no livro de sua autoria intitulado *Minha Formação*, cujo prefácio foi datado por ele em abril de 1900.

3 A aguardente de cana, desde os primórdios da produção açucareira e seus derivados no Brasil, se tornou referência no gosto popular em todo o território. O termo é explorado em diversas expressões nacionais, caso da marchinha de carnaval histórica composta por Marinósio Trigueiros Filho (~1913 – 1990) “Cachaça”, iniciada pela frase “você pensa que cachaça é água?...”. Um “clássico” relembado a cada ano nas festas do carnaval.

Ao longo do texto só há referências à grafia “Maçangana”, assim com cedilha! Teria algum sentido? Fomos averiguar e percebemos que o termo não deixa de ter conexão viável pois Antônio Houaiss anota este verbete no seu *Dicionário* com o significado de “aguardente de cana: cachaça”.

Nesta mesma direção, Francisco Augusto Pereira da Costa (1851 – 1923) registrou no seu *Vocabulário Pernambucano* que o termo Massangana (assim com dois ss) corresponde a:

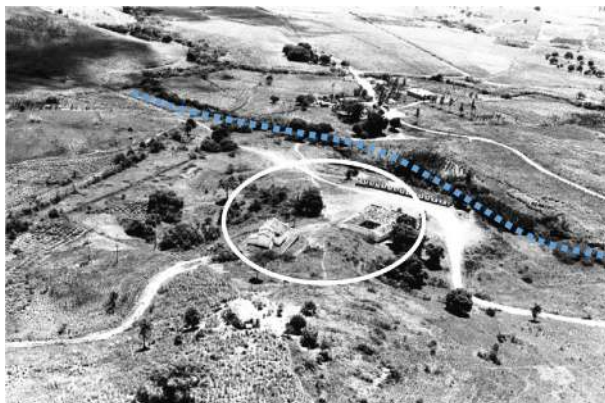
Aguardente de canna. [...] O termo vem de um engenho de igual denominação, situado no município de Cabo, onde é fabricada a aguardente assim chamada, termo este de origem africana, e naturalmente, por uma ignorada circunstancia, originado de Massangano, um antigo presídio e hoje conselho, em São Paulo de Luanda [...] (COSTA, 1976, p.497).

3. Desenvolvimento do tema

O Massangana, movido por animais, passava despercebido entre as unidades fabris assemelhadas, instaladas na região mais produtiva de açúcar da Zona da Mata Sul de Pernambuco: mas em função de **Joaquim Aurélio Barreto Nabuco** de Araújo (1849 – 1910) o modesto engenho saiu do anonimato.

Tal propriedade agrícola, daí em diante, começou a ser -e a ter- lugar especial nas páginas da História, pois nela a cana-de-açúcar cultivada pelo braço escravo viu crescer o menino (nascido na Rua da Imperatriz, bairro da Boa Vista no Recife) que ficou sob os cuidados da madrinha, Ana Rosa Falcão de Carvalho, falecida em 1857.

Imagem 2 – Tomada aérea do Engenho Massangana na década de 1980, assinaladas pelo círculo a capela e a casa-grande



Fonte: Imagem do acervo da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ. 2009*

Nota: *A linha azul tracejada indica a trajetória do Rio Massangana.

Fugindo da tradição consolidada nos estudos de empreendimentos assemelhados no Brasil – que abordaram os engenhos de açúcar como conjuntos arquitetônicos apoiados no tripé: casa-grande e senzala; casa de moenda; capela – no caso do Massangana os esforços com orientação para a arqueologia industrial, no futuro, deverão deslocar a ótica de conjunto para a de sistema produtivo.

Em função disto restringimos o foco a esse ponto de vista para, em consequência, selecionar na massa heterogênea dos documentos e das coisas, os traços que interessem ao entendimento enquanto sistema.

Convirá abordar o “engenho de açúcar” na perspectiva da (de)composição do artefato em campos associados (determinados pelo sentido) que devem abranger a paisagem e os caminhos (terrestres e aquáticos); os portos e os “passos” ou armazéns; os meios de transporte e, claro, o próprio núcleo tradicional edificado, inclusive a moita (ou fábrica) com as casas de moenda e de purgar entre outros remanescentes designados como estrutura do arranjo.

Entendemos que, por meio de estudo interpretativo que terá o *conhecimento* associado à *recuperação física*, será possível resgatar e preservar as informações materiais de interesse cultural e patrimonial contidas no espaço rural antes ocupado pelo Engenho Massangana.

A intervenção sugerida demandará *saber* especializado voltado para o desenvolvimento do lugar, isto é, as ocupações e transformações ocorridas ao longo do tempo até a decadência originada pela desativação do empreendimento agroindustrial.

Propomos para esse fim que a investigação inclua a preparação de cartas de interesse arqueológico, de história (da tecnologia), de arqueologia terrestre (com foco na paisagem), de arqueologia subaquática (com foco nos portos e nos cursos d’água), da arquitetura civil e industrial e ainda o registro de eventuais manifestações do patrimônio imaterial.

O amplo trecho geográfico do litoral pernambucano em que foi inserido o Massangana tem presença assegurada em letra de forma na cartografia desde os primeiros anos do descobrimento do Brasil em virtude de acidente geográfico marcante no litoral nordestino: o Cabo de Santo Agostinho.

A exatidão com que foi descrito e registrado na documentação pretérita é indicativa da significância desse promontório em relação à navegação a vela na colonização lusitana desta parte do Brasil. Vamos encontrá-lo representado nas cartas de Caverio, Magiollo (1504), Américo Vespúcio (1505), Ruysch (1508) e em vários outros monumentos cartográficos da primeira década do século XVI.

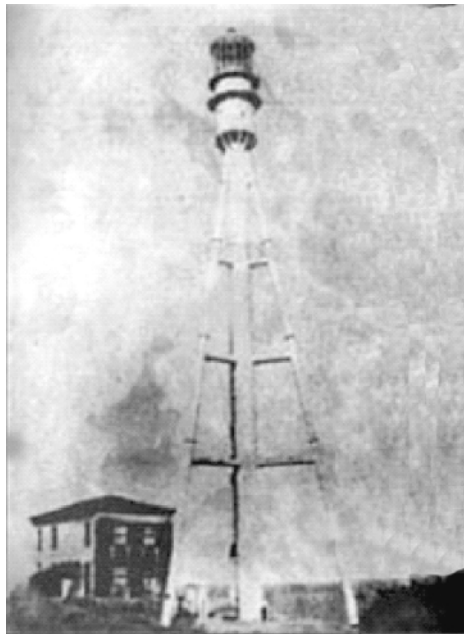
Santo Agostinho era a baliza a ser alcançada, este “farol cego, sem luz, para viajantes encadeados” como expressou, com pertinência, o poeta pernambucano João Cabral de Mello Neto (1920 – 1999):

Quando os alísios empurravam
da Europa e África as caravelas
não buscavam farol de luz
mas farol opaco: esta pedra.

Na terra de mais luz da terra
foi um farol cego este Cabo
às avessas, farol sem luz
para navegantes encadeados (MELLO NETO, 1988, p.124).

Dáí a percepção visual de determinados pontos-chave da costa nordestina que avultavam em importância para aqueles que velejavam em demanda dos trópicos brasileiros até que, com o passar do tempo, as embarcações movidas a motor vieram a dispensar o regime de ventos e a menosprezar as correntes transoceânicas.

Imagem 4 – Antigo farol do Cabo de Santo Agostinho. Procedente dos baixos de Rocas foi ali desmontado e remontado no Cabo em 1882. Imagem da década de 1940.



Fonte: Artigo *O Cabo de Santo Agostinho e a Baía de Suape*. (RIAHG-PE, v. LIII, 1981)

Em 1864 Vital de Oliveira, no *Roteiro da Costa do Brasil*, ao descrever o mesmo Cabo demonstra que conhecê-lo ainda era informação essencial, pois “quando se está em suas proximidades é que se reconhece quanto é a sua configuração irregular, e que é formado de uma aglomeração de outeiros [...] uns de pedra outros de barro [...] o que tudo torna o Cabo de Santo Agostinho muito notável e conhecido” (OLIVEIRA, 1864, p. 51).

As terras situadas na região próxima ao Cabo, das mais férteis de Pernambuco, foram tomadas dos índios caetés por volta de 1570 por iniciativa de Duarte Coelho de Albuquerque, o segundo donatário da Capitania. Antes dele o pai, Duarte Coelho (1535-1554) “concedera uma faixa de terras a Tristão de Mendonça que constava de duas léguas do Cabo de Santo Agostinho para o sul e três para o poente” a fim de cultivar cana de açúcar e algodão e ter marinhas de salinas (COSTA, v. VII, p. 324, 1951-1966).

Nessas terras, no decorrer do tempo, foram levantados vários engenhos de fazer açúcar, entre eles o Algodoais, o do Meio, o Tabatinga e o Massangana, este último já no século XIX.

Imagem 5 – Detalhe de mapa de Pernambuco, cerca de 1875.
O engenho Massangana às margens do rio também chamado *Tabatinga*



Fonte: Acervo Ulisses P. de Melo Neto. Edição dos autores. 2010*

Nota: *A continuidade do rio em direção à Baía de Suape é chamada de Rio Suape.

Ao sul do promontório de Santo Agostinho, protegido por extensa linha de arrecifes de arenito, ficava então o porto de Nossa Senhora de Nazaré, ao abrigo da Baía de Suape onde ocorre o desagudouro de vários rios.

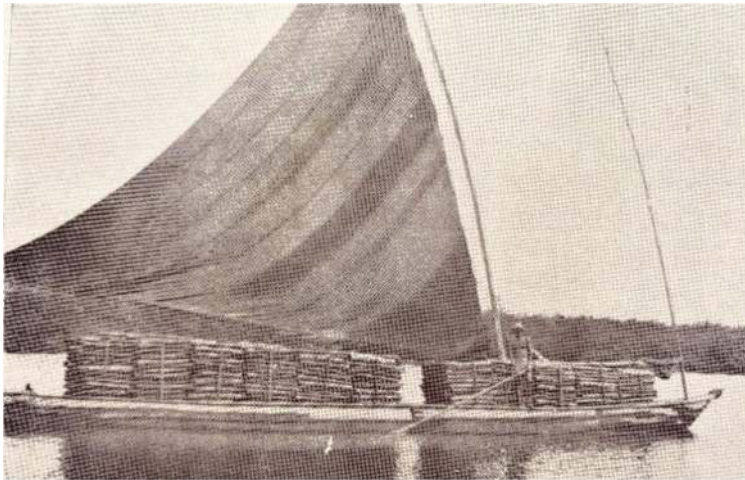
Embora o mais importante desses cursos d’água seja o Ipojuca, outros de extensão mais reduzida (o Suape, o Tatuoca e o Merepe), mas não de menor importância, tiveram participação decisiva no desenvolvimento da região, muito embora os perigos

da entrada da barra fossem bastante conhecidos. A respeito dos riscos do acesso ao lugar de fundeio, Vital de Oliveira escreveu que “esta passagem [da barra de Suape] é por demais perigosa, pois, sendo estreita e desaguadouro de quatro rios [...] torna-se ela de uma correnteza espantosa” (OLIVEIRA, p. 51, 1864).

Eram (esses cursos d’água) os caminhos líquidos por onde se escoava a produção açucareira da região, trazida dos engenhos da mesma forma como viu, com relação à Bahia, Gabriel Soares de Sousa ao afirmar que “não há pessoa que não tenha o seu barco, ou canoa pelo menos, e não há engenho que não tenha de quatro embarcações para cima” (SOUSA, 1851, p.151).

No que tange às embarcações utilizadas no deslocamento e caixas ou mesmo de cana de açúcar é oportuno conectar o assunto ao artigo do historiador Evaldo Cabral de Mello (1936 -) intitulado “*Canoas do Recife – um estudo de microhistória urbana*” publicado na *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano* em 1978 – onde divulga anúncio das páginas do *Diário de Pernambuco* de 28 de abril de 1829 acerca da venda de “canoa aberta que passava gente na Passagem da Madalena, muito própria para a condução de lenha, tijolos e também para engenhos que façam as conduções das canas embarcadas” (MELLO, 1978, p. 84).

Imagem 6 – Canoa de transporte de mercadorias entre os portos e os engenhos



Fonte: GOULART, 1959 p. 38-39.

Nota: Diz o autor: “Não era só carregando açúcar que a canoa servia economicamente ao engenho; lenha também era carregamento comum nessas embarcações”.

Acondicionado em caixas de madeira, com capacidade de 20 arrobas cada (aproximadamente 300 kg) e transportado em carros de bois até aos embarcadouros estabelecidos nas margens dos rios, o açúcar era, a partir daí, carregado em barcos de pequeno porte que o removiam até portos de maior capacidade onde a caixaria ficava abrigada em “passos”, trapiches ou armazéns.

A respeito desses pontos da logística do açúcar deve-se mencionar a descrição que fez deles o franciscano Frei Vicente do Salvador (c.1564 – c.1636) que os tinha como “umas lógeas grandes onde se recolhem as caixas [de madeira com açúcar] até se embarcaram nos navios”, o que se justificava pelo fato de ser “a costa, do Recife até este Cabo [de Santo Agostinho] a terra povoada de engenhos de açúcar e por junto dela passa um rio que se diz do Cabo, onde também estão alguns [engenhos] o qual sai para o mar”.

Ali era aonde “vinham deixar e receber carga as embarcações. Havia por isso algumas casas de palha em que se recolhia a gente de negócio, as mercadorias que vinham e os açúcares que por ali saíam despachados” para o Recife (SALVADOR, 1954).

Johannes van Walbeeck, neerlandês que esteve em Pernambuco a serviço dos interesses da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais, empresa comercial que ocupou o Recife (e boa parte do Nordeste) entre 1630 e 1654, informava em documento oficial:

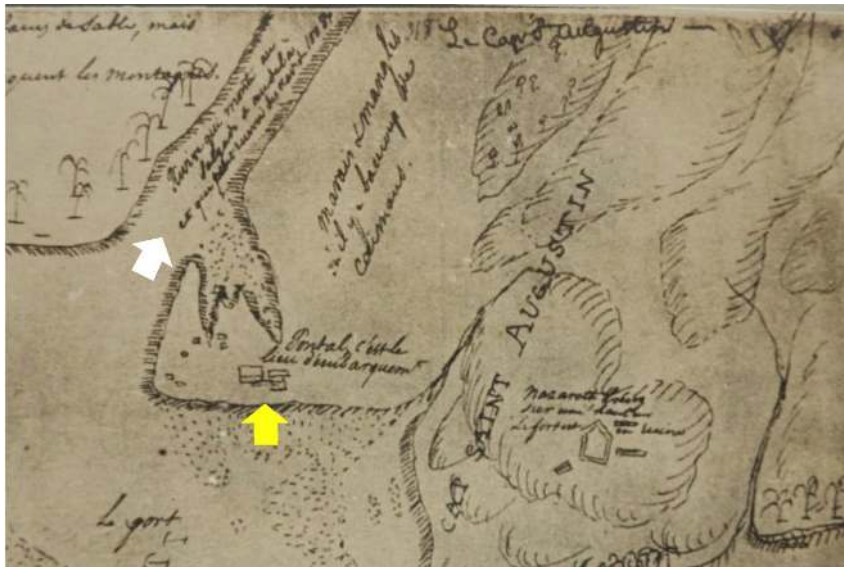
o Cabo de Santo Agostinho, situado a igual distância entre [a ilha de] Santo Aleixo e o Recife de Pernambuco, tem o porto de Nossa Senhora de Nazaré, e os rios Ipojuca e Santo Antônio do Cabo [sic] aí se lançam no mar; neste ponto são embarcados por expedição não só os açúcares dos dois lugares acima citados e outros situados não longe dali por causa da conveniência dos rios mencionados e por ficar no meio das freguesias que hoje frutificam mais açúcar, que são as de Ipojuca, Sirinhaém, Cabo, Muribeca e Várzea (MELO NETO, *RIAHGP*, v. LIII, pp. 43-44, 1981).

Outro neerlandês, Adriaen van der Dussen, poucos anos depois e com o mesmo objetivo, comunicava aos gestores da Companhia das Índias Ocidentais, em relatório assinado em 10 de dezembro de 1639:

O Cabo de Santo Agostinho conta com um ancoradouro de entrada estreita, perigosa e com arrecifes e não comporta senão navios que demandem 11 a 12 pés, mas é suficientemente bom para iates e barcos costeiros que vão até lá carregar açúcar para transportá-lo para o Recife e aprovisionar o forte, a guarnição e os moradores do Cabo e de Ipojuca (GONSALVES DE MELLO, p. 139, 1981).

Mais de um século depois dos relatórios neerlandeses, mapa elaborado em 1815 por “*un ingénieur qui a reléve des sondes...*” (um engenheiro que registrou pontos de sondagem) para L. F. Tollenare em 1817 referente ao *Cap Saint Augustin* [sic], indicava pelas anotações manuais acrescentadas ao desenho pelo viajante francês, o ponto de chegada do Rio Suape na baía de mesmo nome onde mercadorias e açúcar eram embarcados (TOLLENARE, 1905).

Imagem 7 – Detalhe da *Planta do Cabo de Santo Agostinho*
(anotada por L. F. Tollenare) em 1817



Fonte: L. F. de Tollenare. *Notas Dominicaes*. Recife: Jornal do Recife, 1905. Acervo dos autores.

Nota: Legendas destaques: Na seta branca, “Rio que vai ao [engenho] Salgado e mais além e que pode receber navios...”. Na amarela, “Pontal, é o lugar do embarque”.

Tradução livre e edição dos autores.

Dobrado o século XVIII, as grandes datas de terra passaram a ser desmembradas em propriedades menores, multiplicando-se o número de engenhos até que, iniciados os anos oitocentos, começaram a surgir os engenhos centrais.

Esses “novos” estabelecimentos atraíram a cana-de-açúcar plantada nos empreendimentos tradicionais que, a partir de então, ficaram cada vez menos rentáveis, transformados em simples fornecedores dessa matéria prima.

Tempos depois, os engenhos centrais cederam espaço para as usinas que inicialmente compravam e moíam as safras de canas oriundas das terras dos velhos e desativados engenhos para, numa fase posterior, adquirir essas glebas e lembrá-las em imensas propriedades rurais, fenômeno que ocorre fortemente ainda no século XXI.

Incorporadas às usinas, as edificações existentes nos engenhos perderam o interesse e passaram rapidamente da condição de abrigo à de estorvo. Por isso são demolidas as casas-grandes, as senzalas e as casas de moradores, as moitas e outros edifícios. Não obstante, curiosamente, algumas capelas têm escapado desta sanha inicial demolitória e deixadas ao abandono até o completo arruinamento no decorrer do tempo.

No caso da área geográfica em exame, em lugar de eventual usina de açúcar, leia-se, nos dias que correm, o Complexo Industrial Portuário de Suape como o agente capaz de alterar de forma permanente e irreversível este panorama típico das raízes coloniais rurais pernambucanas.

Dessa forma, antes que o patrimônio material que balizou o desenvolvimento do Estado desapareça por completo, entendemos pela necessidade de mapear a região visando o registro para futura interpretação do maior número de ocorrências vinculadas a esses antigos engenhos.

A escolha do Massangana pelo estado de Pernambuco, como objeto de preservação, recaiu na presença, no imóvel, do menino, depois intelectual, Joaquim Nabuco, numa correlação que se afigura inevitável com outro nome das letras brasileiras: o paraibano José Lins do Rego (1901 – 1957).

Imagens 8a e 8b – Casa situada na Rua da Imperatriz, 149, Boa Vista, Recife, onde nasceu Joaquim Nabuco em 1849.



Fonte: Acervo dos autores, 2022.

Nota: À esquerda (8a), vista parcial do sobrado onde nasceu Joaquim Nabuco.

À direita (8b), placa que assinala o imóvel, afixada na fachada lateral.

Percebemos, de saída, uma conexão espacial: os engenhos de açúcar no nordeste brasileiro, aliada a outra, esta de caráter pessoal e familiar: a ocorrência de fatos análogos a ligar estes nomes: Nabuco, deixado sob a guarda da madrinha, estabelecida no Engenho Massangana (até o falecimento desta), função da ausência dos pais, vinculados a trabalhos no Rio de Janeiro; José Lins do Rego deixado sob a guarda do avô, estabelecido no Engenho Corredor (Pilar, Paraíba) função da ausência da mãe (falecida) e da prisão do pai.

Anotemos, de passagem, que o Engenho Corredor é propriedade rural, distante cerca de 2 km da sede municipal, o qual se acha em estudo visando o tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) sob o nº 1159-T-1985. A importância deste bem está vinculada à vida e à obra de Lins do Rego, associada à relevância do estabelecimento agroindustrial. No caso do Massangana, o processo no Iphan tem a referência 1920-T-2020 que, em 2021 estava no “estágio de Instrução”.

Imagem 9 – Casa grande do Engenho Corredor, Pilar, Paraíba



Fonte: Acervo dos autores, 2004.

4. Reflexões e projeções

Massangana deve a Nabuco a contingência de ter escapado da estratégia de “otimização” da nova organização territorial, por ter sido em parte (cerca de dez hectares) incorporado ao patrimônio público. Sobre a aquisição de trecho da propriedade rural, vale anotar que, em comunicação assinada pelo conselheiro Nilo Pereira ao Conselho Estadual de Cultura, no Recife, em 13 de julho de 1972, consta:

no aludido ofício [do procurador geral], que o INCRA [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] por determinação do seu presidente [...] ‘acaba de comprar, integrando-os ao patrimônio público, 10 ha do Engenho Massangana, compreendendo-se neles a casa-grande, a capela (já em reparos) e a senzala’ (*Revista do Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco*, 1982, p. 31).

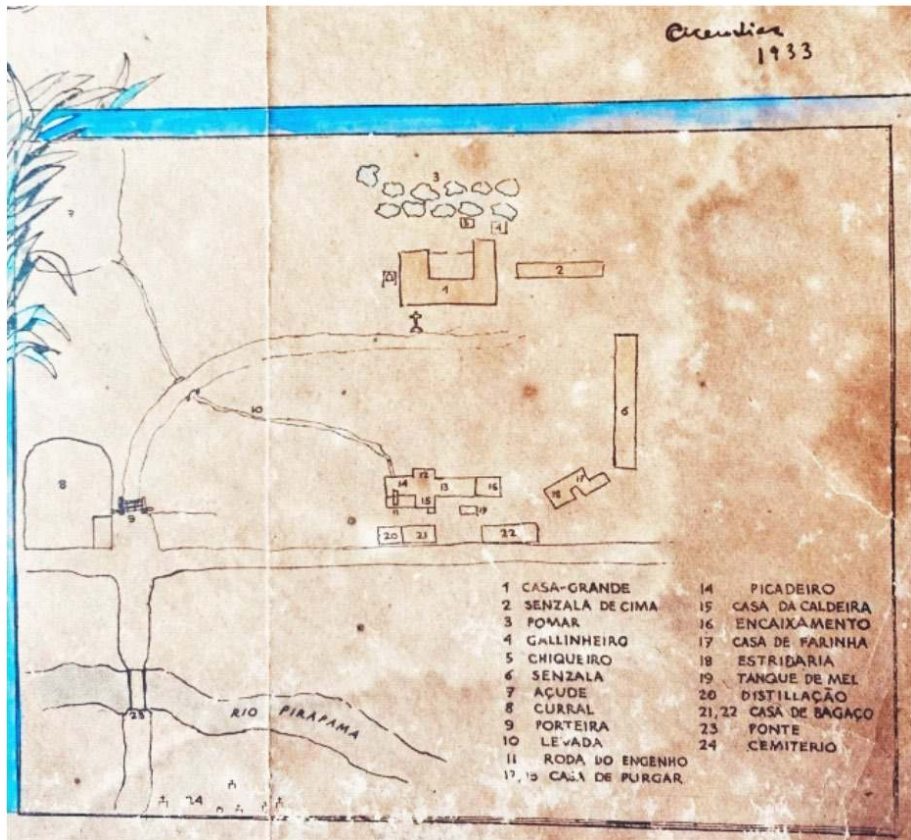
Em seguida, por meio de contrato de comodato, foi entregue à guarda e gestão da Fundação Joaquim Nabuco, entidade vinculada ao Governo Federal. Isto significa que - embora parte do núcleo edificado do engenho tenha sido recuperada nos anos 2009 e 2010, em especial a casa-grande e a capela de São Mateus - os remanescentes arqueológicos do desaparecido *sistema fabril* ainda estão por ser identificados, interpretados e delimitados. Setorialmente, esperamos que sejam pesquisadas as ocorrências da parte fabril do engenho, ou seja, a moita ou fábrica, com a casa de purgar, a casa das caldeiras, a chaminé, depósitos; o fornecimento e abastecimento d’água, bem como a senzala, os caminhos e os fluxos internos gerados pela antiga faina do açúcar.

A importância e oportunidade da anotação dos elementos físicos – paisagísticos e arquitetônicos – que integram os engenhos de açúcar em Pernambuco e mais especialmente ainda, no município do Cabo, foi objeto do traço do pintor Cícero Dias (1907-2003) quando, em 1933, registrou o conjunto de componentes do antigo “Engenho dos Bois” depois “Noruega” objetivando ilustrar a obra do escritor Gilberto Freyre (1900-1987) intitulada *Casa Grande & Senzala*, cuja primeira edição veio à luz em dezembro de 1933.

Da imagem em apreço destacamos detalhe do belíssimo trabalho de arte, a saber, a planta baixa com identificação numérica e textual dos diversos componentes do Noruega, registro que, decerto, orientará futuros estudos acerca do Massangana.

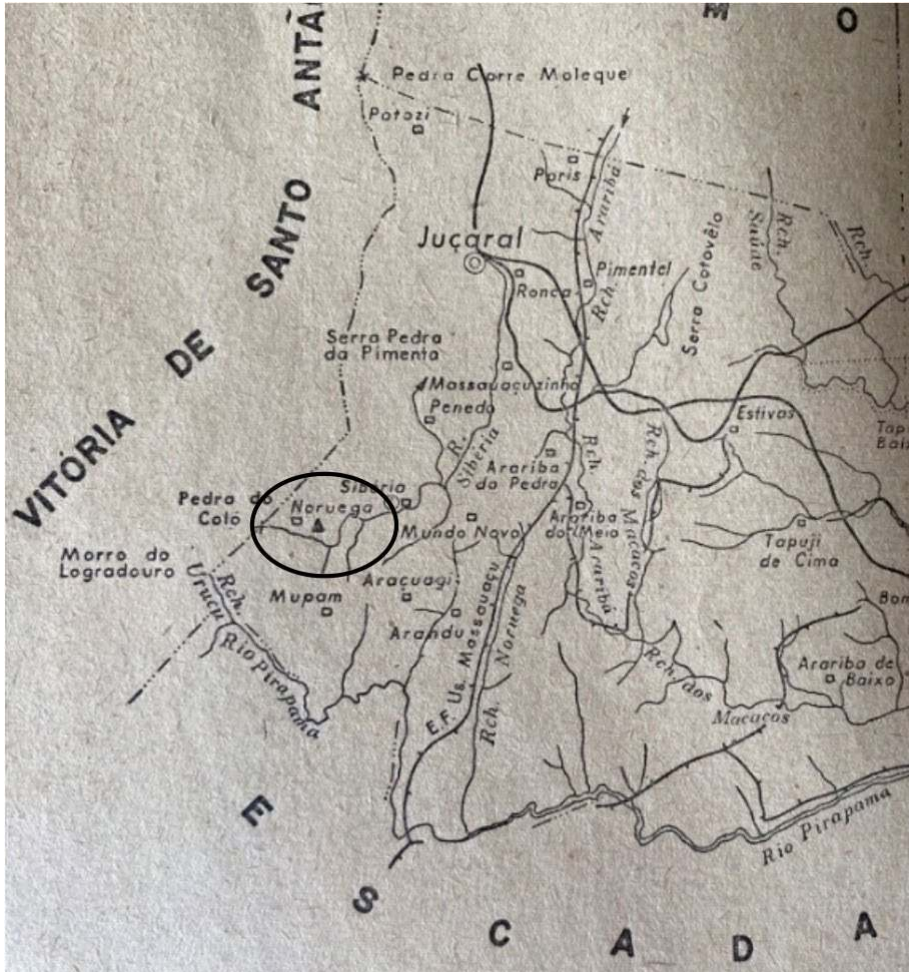
Para melhor orientação espacial assinalamos na Imagem 11 a ocorrência do engenho Noruega em ponto próximo às divisas dos municípios de Vitória de Santo Antão e Escada.

Imagem 10 – Detalhe da gravura de Cícero Dias (1933) onde está indicada a estrutura de arranjo do desaparecido Engenho Noruega



Fonte: Acervo dos autores, 2023.

Imagem 11 – Detalhe do mapa do Município do Cabo de Santo Agostinho, impresso em 1962

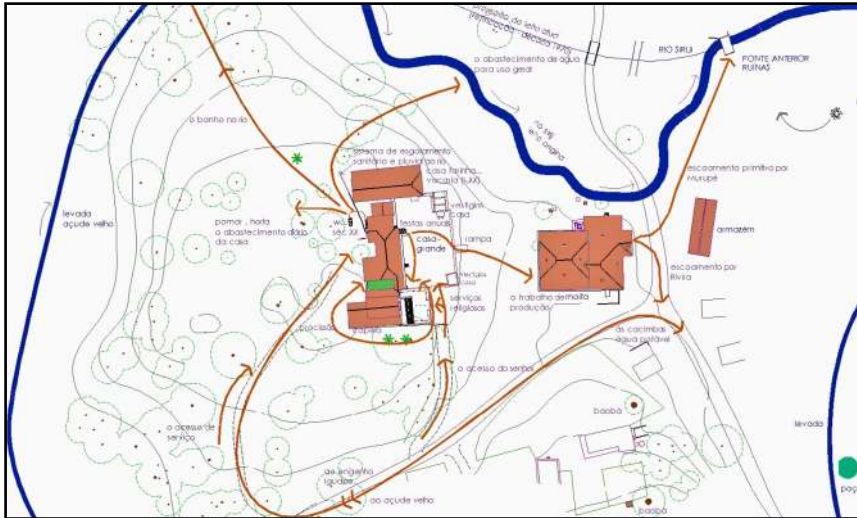


Fonte: FELIPE, 1962, anexo.*

Nota: No destaque, o engenho Noruega.

Com olhar semelhante ao adotado por Cícero Dias, em 2005 tivemos ocasião de registrar a estrutura do arranjo do engenho Poço Comprido (Vicência, PE) em função de pesquisas de arqueologia da arquitetura, cujos resultados foram publicados em livro intitulado *O Futuro do Passado* (MELO NETO, MURARO, 2005, p. 42).

Imagem 12 – Mapa dos fluxos estabelecidos pelos elementos que compunham a estrutura do arranjo do Engenho Poço Comprido, Vicência/PE. 2005



Fonte: Acervo dos autores, 2003.

Com relação à casa-grande, em 2010 foi possível registrar a existência de placa epigráfica aplicada na fachada principal, onde está gravada a data (1870) e o responsável pela “construção” do edifício, o que indica a necessidade de esclarecer a dinâmica desse bem, pois, ao que indica a Fundação Joaquim Nabuco, o Engenho pode ter sido estabelecido desde o século XVI. Estaria essa “nova” edificação desvinculada da infância de Nabuco?

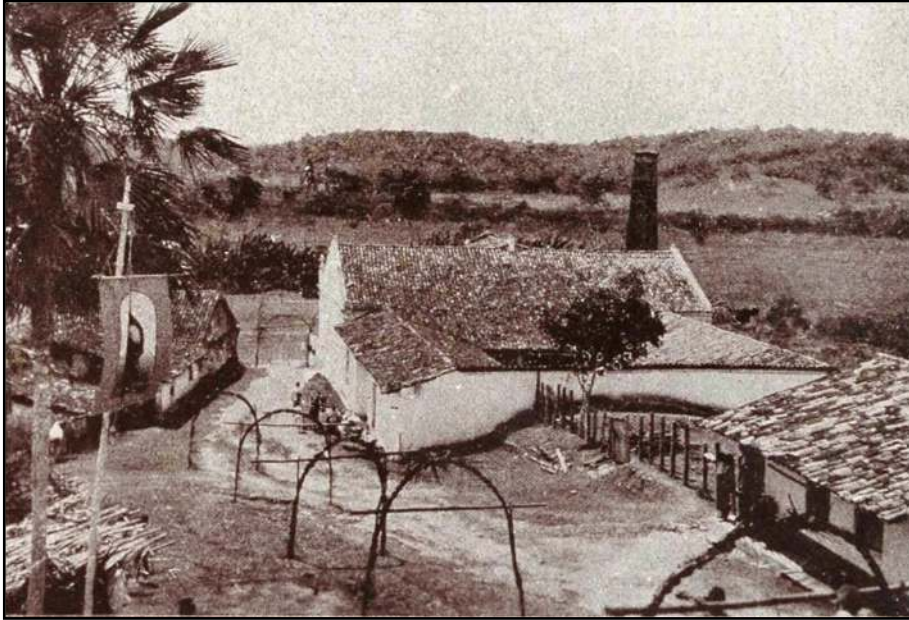
Imagem 13 – Inscrição lapidar sobre a porta de entrada da casa-grande, com a frase “Paulino Pires Falcão mandou edificar em 1870”



Fonte: Acervo dos autores, 2010.*

Nota: A placa, ao referir a autoria de obras, disponibiliza a datação de obras de adaptação da casa-grande.

Imagem 14 – Remanescente da chaminé do Engenho (assinalada)



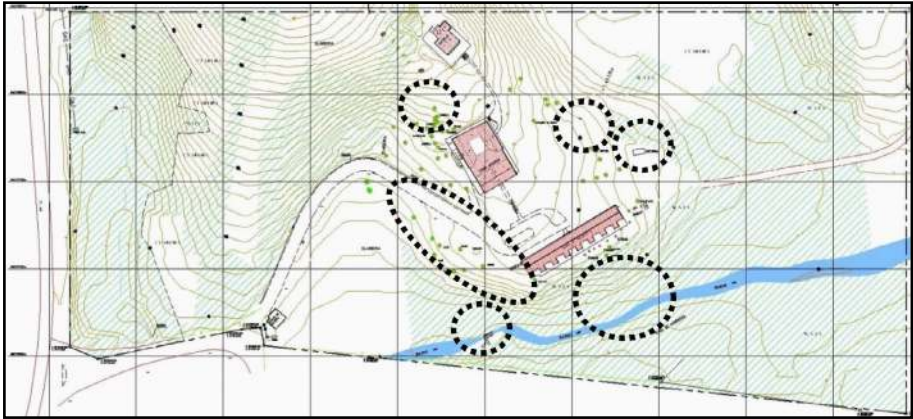
Fonte: Livro *Massangana e Nabuco: o tempo revisitado* (FUNDAJ, 2012, p.38).

Nota: A chaminé, integrante do sistema produtivo dos engenhos, resistia ao passar do tempo, no Massangana, em 1927.⁴

Em seguida, restará articular as informações acerca dos elementos físicos que compunham a unidade produtiva: moradas, capela e fábrica aos meios de transporte e aos caminhos terrestres do açúcar, às obras de arte do sistema viário (pontes e pinguelas) e pequenos embarcadouros para, finalmente, conectá-los aos portos intermediários regionais e até a alguns sítios de naufrágio identificados na área estudada.

4 “Casa-grande vista a partir da capela: observa-se, ao lado esquerdo, a bandeira da Procissão de São Benedito”. Esta legenda está publicada na *Revista da Cidade, Recife*, janeiro de 1927.

Imagem 15 – Levantamento de campo com diversas ocorrências destacadas nos 10 hectares protegidos do Massangana, como áreas de interesse arqueológico, da paisagem e da restauração



Fonte: Base digital.CAD fornecida pela FUNDAJ. Edição dos autores, 2010.

A tempo, urge reconectar os remanescentes do desativado sistema produtivo com as linhas férreas privadas das usinas de açúcar, no caso a de Santo Inácio, cujos tentáculos da malha o alcançavam, na primeira metade do século XX. Sem essas tarefas não se apreenderá o artefato industrial enquanto **sistema produtivo**.

Imagem 16 – Planta de locação do Engenho Massangana. Situação em 2010. Áreas de interesse arqueológico para entendimento dos elementos do **sistema produtivo**



Fonte: Base digital. CAD fornecida pela FUNDAJ. Edição dos autores, 2010.

Nota: Assinalados os pontos do caminho e portos (ou embarcadouros) para o açúcar. No destaque, a área de 10 hectares protegida por legislação.

Imagens 17a e 17b – Pesquisa visual direta em 2010.
Dois flagrantes do caminhamento para a identificação de indícios
e remanescentes ao longo do Rio Massangana



Fonte: Acervo dos autores. 2010.*

Nota: 17a à esquerda, trecho do Rio Massangana (ou Tabatinga) com o velho porto desativado na margem esquerda. 17b à direita: remanescentes de caminhos terrestres de acesso ao Rio Massangana deixam perceber vestígios de obras d'arte em alvenaria de tijolos e de pedra.

Imagens 18a e 18b – Pesquisa visual direta em 2010.
Outros dois registros do mesmo caminhamento de 2010



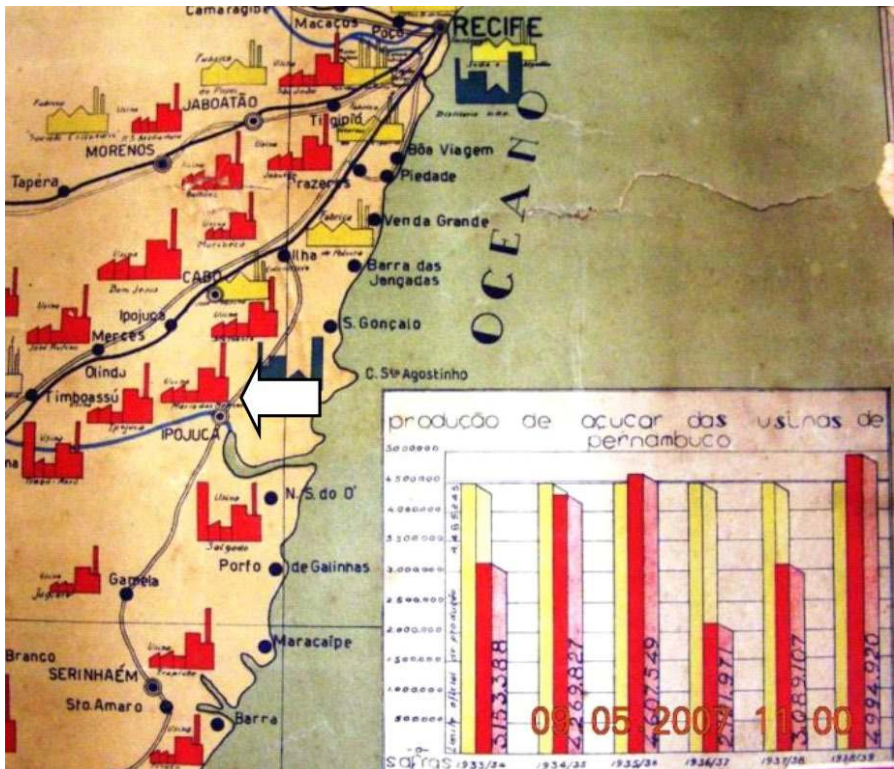
Fonte: Acervo dos autores. 2010.*

Nota: 18a: À esquerda: restos de edificação afloram nas proximidades da cacimba.

18b: À direita: remanescente de poço ou cacimba em pedra.

A respeito da persistência da operação do sistema logístico do açúcar na área do Massangana com a Santo Inácio em funcionamento, anote-se o depoimento do empreendedor Ricardo Brennand (1927-2020) em carta publicada no *Jornal do Comércio* de Pernambuco em fevereiro de 2010: “A viagem à Usina Santo Inácio, para o engenho Massangana, era feita por estradas de ferro, em locomotiva da usina até o porto onde as barcaças nos levavam ao nosso destino através da barra de Suape, seguindo o estuário dos rios Algodão e Massangana” (BRENNAND, p. 11, 2010).

Imagem 19 – Detalhe do panorama das usinas de Pernambuco no final da década de 1930



Fonte: Acervo de Ulisses P. de Melo Neto. Edição dos autores. 2010.*

Nota: Assinalada pela seta a Usina Santo Inácio a qual mantinha um ramal ferroviário que servia o Engenho Massangana.

5. Considerações finais

Os aspectos relevantes apontados e desenvolvidos como reflexões e projeções neste estudo constituem a justificativa para o interesse em trazer luz sobre o tema do Engenho Massangana, localizado na Mata Sul de Pernambuco.

Resumidamente, podemos entender que a importância cultural e social do Massangana é filiada direta da presença ali do ilustre brasileiro Joaquim Nabuco. A consequência imediata deste valor atribuído pelo culto à personalidade foi um conjunto de medidas de preservação oficial do lugar, concretizadas ao longo das últimas décadas.

Os instrumentos legais de proteção material impuseram, por sua vez, a conservação dos diversos elementos componentes do sistema produtivo, ainda que alguns tenham desaparecido e outros reduzidos a remanescentes arqueológicos. Essas permanências contribuirão fortemente para viabilizar a identificação do sistema fabril.

Ao reconhecer a necessidade de se identificar e preservar o processo produtivo do açúcar e derivados, além dos testemunhos materiais, o prosseguimento da pesquisa arqueológica e histórica em suas diversas frentes (campo, bibliografias, depoimentos, produções acadêmicas, acervos fotográficos...) dará corpo e sentido à consolidação do Massangana enquanto memória, incluídas suas conexões com as redes de distribuição e abastecimento vigentes até o século XIX.

[...] O que foi, de tanta terra,
o que hoje em dia sobrou,
o que a moenda do tempo
ainda não mastigou? (MELO NETO, 1988)

Referências

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas, e minas*. Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1711, [Proêmio].

ASSIS JÚNIOR, A. de. *Dicionário Kimbundu – Português linguístico, botânico, histórico e corográfico*. Luanda: Argenti, Santos & Cia Lda., 1964 (?).

BRENNAND, Ricardo. *Jornal do Comércio*, ed. 19/02/2010, p. 11. Recife: 2010.

COSTA, F.A. Pereira da. *Anais Pernambucanos*, 10 volumes, v.VII, p. 324. Recife: Secretaria do Interior e Justiça, Arquivo Público Estadual, 1951-1966.

COSTA. *Vocabulário Pernambucano*. 2 ed. Recife: Governo de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, 1976.

FELIPE, Israel. *História do Cabo*. Recife: Editora Recife, 1962.

FUNDAJ. *Massangana e Nabuco: o tempo revisitado*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2012, p. 38.

GONSALVES DE MELLO, José Antônio. (org.) **Fontes para a História do Brasil Holandês 1. A economia açucareira**. Recife: MEC/SPHAN, Fundação Pró-Memória, p. 139, 1981.

GOULART, José Alípio. **Transportes nos engenhos de açúcar**. Rio de Janeiro: Gráfica Taveira, 1959.

HONORATO, Manoel da Costa. **Diccionario Topographico, Estatístico e Histórico da Província de Pernambuco**. Recife: Typographia Universal, 1863.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Canoas do Recife- estudo de microhistória urbana**. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1978, v.50.

MELO NETO, João Cabral de. **Antônio de Moraes Silva**. Poema. In: **Poemas Pernambucanos**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988.

MELO NETO. **O Cabo de Santo Agostinho**. Poema. In: **Poemas Pernambucanos**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988.

MELO NETO. Ulisses P. de. **O Cabo de Santo Agostinho e a Baía de Suape**. In: **Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano**, v. LIII. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1981.

MELO NETO; MURARO, Carmen Lucia. **O Futuro do Passado**. Coleção Engenho Poço Comprido, v. 2. Recife: Promata, 2005.

OLIVEIRA, M. A. Vital de. **Roteiro da Costa do Brasil**, Recife: Typographia M. E. de Faria, 1855.

Restauração de Massangana. In: **Revista do Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco**, v. VI, N°3 (Documentação 1972 – 1980). Recife, 1982.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil 1500-1627**. São Paulo: Melhoramentos, 1954.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brazil em 1587**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, p. 151.

TOLLENARE, L. F. de. **Notas Dominicaes**. Recife: **Jornal do Recife**, 1905

TRIAS, Rolando A. Laguarda. **Importância de las mas antigas latitudes de la costa brasileña**, **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 287, pp. 314 – 394. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1970.

